

Sem articulação, novas derrotas

Apesar do mea culpa de Fernando Henrique, o Governo passou ontem por mais um grande sufoco no Congresso, que viveu um dia agitado (ver página 3) em que todo tipo de reivindicação acabou vindo à tona e em que era comum ouvir reclamações quanto à desatenção do Executivo com os parlamentares — e foram aprovados o mínimo de R\$ 100 e a anistia a Humberto Lucena. Qualquer que fosse o resultado da votação, estava claro que não apenas faltava coordenação política, como, principalmente, que os partidos da base de sustentação do Governo se movimentaram contra os interesses do próprio Governo. Em fim de mandato, não faltou parlamentar para procurar os líderes partidários em busca de compensa-

ção para o seu voto. Luís Carlos Hauly, do PP, foi um deles: “Por que votar com o Governo se eu não sou governo?”

O empenho de partidos governistas, principalmente o PMDB, na anistia, não se refletiu em outros assuntos, como o do projeto de concessões do serviço público — considerado fundamental para o Governo — cuja discussão no Senado foi encaminhada por vários senadores, sem que nenhum falasse exatamente em nome do Presidente. Não se votou sequer a medida provisória do Imposto de Renda. “Está claro que falta coordenação” — dizia, ainda no início da tarde, o senador Guilherme Palmeira (PFL-AL), lembrando que, apesar do quórum na Casa, não houve articulação pa-

ra se aprovar o projeto. Os senadores também se queixaram de falta de informações sobre o conteúdo da proposta e da medida provisória que o complementará.

Salário mínimo — A maior derrota, porém, foi a aprovação do salário mínimo de R\$ 100,00, que acabou sendo feita por voto simbólico, às 21h30. Dos partidos aliados do Governo, o PTB encaminhou a favor da aprovação do novo mínimo e o PMDB liberou sua bancada “para votar de acordo com a consciência de cada um”, segundo o líder Tarcísio Delgado. Apenas os líderes do PFL, Luís Eduardo Magalhães, e do PSDB, Artur da Távola, defenderam abertamente a rejeição da proposta, com o argumento de que quebraria a Previdência.